



O funcionamento e a organização da Sala de recurso multifuncional (SRM) da EMEIEF Rotary junto aos alunos em situação* de deficiência do Ciclo I.

The operation and organization of the EMEIEF Rotary Multifunctional Resource Room (SRM) for Cycle I disabled students.

Daniele Cristina Salgado Garcia[†]

Genylton Odilon Rego da Rocha[‡]

Resumo:

O presente artigo é uma pesquisa em andamento, que resultará em uma dissertação de mestrado, intitulada como “O currículo da sala de recurso multifuncional: suas contribuições para processo de escolarização de alunos em situação de deficiência da Ciclo I da EMEIEF ROTARY-BELÉM-PA”. A mesma se encontra na fase de análise dos dados, tendo como um dos seus objetivos de investigação compreender como vem se desenvolvendo a dinâmica organização da sala de recurso multifuncional da EMEIEF Rotary, junto aos alunos em situação de deficiência do ciclo I. Para tanto, lançamos mão da pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, usamos como técnica de coleta de dados a entrevista e a análise documental,

*O uso da terminologia “em situação de deficiência” vincula-se ao modelo social da deficiência Sasaki (2010), Diniz (2012) onde destaca que o problema da pessoa em situação de deficiente, que não estão nela e sim na sociedade, sendo assim, a sociedade cria problemas para as pessoas, causando a “incapacidade/ desvantagem” a estes sujeitos, com seus espaços restritos, políticas de discriminação e suas atitudes preconceituosas e o discurso da normalidade como padrão como pré-requisitos para sociedade hegemônica. Este campo teórico sustenta o desenvolvimento desta pesquisa.

^{††}Mestranda em Currículo e Formação da Escola Básica PPEB/UFPA/NEB (Belém/Pará/Brasil), E-mail: danicsgarcia@gmail.com, Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Currículo e Formação de Professores na perspectiva da Inclusão (INCLUDERE).

[‡]Doutor em Geografia (USP/São Paulo). PPEB/UFPA/NEB (Belém/Pará/Brasil); Grupo Estudos e Pesquisas sobre Currículo e Formação de Professores na perspectiva da Inclusão (INCLUDERE). E-mail: genylton@gmail.com



onde tivemos como sujeitos desta pesquisa professores da SRM, que atendem aos alunos em situação de deficiência do Ciclo I e os documentos como: plano de atendimento educacional, registro dos atendimentos, ficha de avaliação. Os dados coletados estão sendo analisados com base na análise de conteúdo (FRANCO, 2012). Durante o processo de análise de dados está sendo possível visualizarmos o movimento que se constitui para organização e funcionamento da SRM Rotary.

Palavras –chave: Sala de recurso multifuncional. Currículo. Inclusão. Ciclo I.

Introdução

Não é nenhuma novidade, que a escola regular deixou por muito tempo a responsabilidade do processo de escolarização dos alunos em situação de deficiência a encargo dos serviços educacionais especializados, sendo organizados dentro e fora do contexto escolar, com os mais distintos objetivos, gerando assim uma expansão destes serviços, marcando a trajetória do processo de escolarização da pessoa em situação de deficiência, estes espaços foram ganhando configurações e nomeações distintas ao longo da trajetória do processo de escolarização.

Segundo Kassar e Rebelo (2011) na história da educação especial, predominou dois tipos de atendimento que foram as classes especiais (escola pública) e as instituições especializadas (iniciativa privada). Estes espaços foram resposta de necessidades que foram identificadas por profissionais das áreas da educação e da saúde na transição dos séculos XIX e XX.

Temos visto que nos últimos anos muitas mudanças têm ocorrido em torno das políticas públicas educacionais objetivando a garantia dos direitos sociais e educacionais das pessoas em situação de deficiência. A atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, constitui um movimento, que traz ao sistema de ensino, uma nova roupagem na busca de escolas inclusivas, com uma nova organização, orientando a realização do atendimento educacional especializado em sala de recurso multifuncional na escola regular, por meio de um programa de implementação tem traz como



objetivo garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos públicos da educação especial, garantido o apoio ao sistema de ensino.

Este novo formato de atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais (SRMs) tem na sua estrutura organizacional, o funcionamento pedagógico, envolve situações de ensino aprendizagem, procedimentos metodológicos e recursos pedagógicos e de acessibilidade usados durante o atendimento educacional especializado, afim de atender as necessidades educacionais dos alunos público da educação especial.

A sala de recurso multifuncional tem a função por meio do atendimento educacional especializado garantir a participação dos alunos em situação de deficiência no, por meio recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras, garantido condições de acesso ao currículo.

Este artigo tem por objetivo apresentar a dinâmica de organização da sala de recurso multifuncional a partir da análise dos dados coletados por meio das entrevistas com os docentes da sala de recurso multifuncional da EMEIEF Rotary e os documentos como: Projeto Político Pedagógico (PPP), Projeto da Sala de Recurso Multifuncional (PSRM), Ficha de avaliação (FA), Plano do AEE (PAEE); Plano de atendimento diário (PAD), atividades e os Relatório de Desenvolvimento Final e Parcial (RDF- RDP). Trazemos neste texto a análise parcial dos resultados desta pesquisa à luz do nosso referencial teórico-metodológico, o qual fizemos o uso para essa análise do conteúdo (FRANCO, 2008) que irá nos ajudar a compreender qual é a dinâmica de funcionamento da sala de recurso multifuncional da EMEIEF Rotary.

Fundamentação Teórica

A constituição das salas de recursos, surge como uma solução para auxiliar no processo de escolarização dos alunos em situação de deficiência, visto que a configuração das classes especiais não oportunizava a aprendizagem na escola destes sujeitos.

No Brasil, em meado da década de 1970, influenciados pelos princípios da educação especial norte americana, inicia-se a implementação de sala de recurso como uma das



possibilidades de atendimento educacional, pois aluno poderia permanecer na sala de aula regular durante parte do dia, em outro período receber aulas especializada preparada por um professor com treinamento especial. Sendo assim a sala de recurso chega ao ambiente da escola com a finalidade de

superar o persistente hiato entre a educação especial e a integração dos alunos deficientes, oferecendo um modelo simultaneamente operatório e decorrente das necessidades específicas de cada deficiência, por outro, aponta uma normalização das condições de escolarização para os indivíduos muito diferentes. (SILVA, 2008, p.68).

A criação da sala de recurso, acontece com a intenção de diminuir a distância existente entre o ensino regular e a educação especial, visto que a discussão em torno do debate do processo da segregação das instituições especializadas, revelava o distanciamento destes espaços do ensino regular. Seu surgimento acontece no contexto onde este espaço normaliza o aluno em situação de deficiência, em razão que estes sujeitos não eram considerados pessoas normais, para os padrões da sociedade, logo precisavam ficar um determinado tempo desenvolvendo atividades, que favorecesse a sua normalização e posteriormente ao alcançar este padrão normal da sociedade eram inseridos no contexto da sala de aula regular

A partir da Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e da Declaração de Salamanca (1994), foram estabelecidas recomendações para elaboração de políticas educacionais com intuito de fazer da escola um espaço capaz de combater as práticas discriminatórias, com objetivo de construir uma sociedade mais inclusiva e da mesma forma se construir uma nova identidade para as salas de recursos. A concepção de escola inclusiva que vem nestes documentos, traz ao sistema de ensino uma nova organização, que garanta a qualidade do ensino para todos, impulsionando mudanças práticas educacionais, desafiando professores e desenvolvendo metodologias de ensino que atenda a todos, reconhecendo e valorizando a diversidade como fator de enriquecimento do processo educacional.

Baseado na concepção de educação inclusiva é então publicado documentos como: a Política Nacional de Educação Especial (1994) e Lei de Diretrizes e Base (1996), que trazem um olhar pedagógico/educacional e escolar a educação especial, responsabilizando o sistema



de ensino pela prestação de serviços especializado, elaborando currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender as necessidades educacionais dos alunos em situação de deficiência.

Em 2001 é então publicado As Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (DNEEE) orienta o sistema de ensino a matricular todos os alunos, incumbindo as escolas a organização do atendimento para os mesmos afirmando que todos as crianças têm necessidades educacionais e aprendizagem únicas, tem o direito de esta na escola, dentro do ensino regular e que cabe ao sistema educacional garantir por meio de programas, levando em consideração a diversidade humana e desenvolvendo uma pedagogia centrada no educando. E traz a sala de recurso, como serviço de apoio pedagógico especializado que deve ser realizado por professor da educação especial com o objetivo de complementação e/ou suplementação curricular, utilizando equipamento e matérias específicos, caracterizando como serviços especializados por meio da parceria entre as áreas da saúde, educação, assistência social e trabalho (BRASIL, 2001).

Em 2006 é lançado o documento “Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado”, onde traz a seguinte definição

O atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais se caracteriza por ser uma ação do sistema de ensino no sentido de acolher a diversidade ao longo do processo educativo, constituindo-se um serviço disponibilizando pela escola para oferecer o suporte necessário as necessidades educacionais especiais dos alunos, favorecendo sei acesso ao conhecimento. O atendimento educacional constitui parte diversificada do currículo dos alunos com necessidades educacionais especiais organizado institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar os serviços educacionais comuns (BRASIL, 2006, p.15-GRIFOS NOSSOS).

A sala de recurso passa a ser conhecido como sala de recurso multifuncional, um espaço pedagógico, onde se realiza o atendimento educacional especializado dentro do sistema de ensino como apoio de complementação e suplementação com a função garantir o acesso do conhecimento.



Alves (2006) designa a sala de recurso multifuncional como um espaço para atendimento educacional especializado para desenvolvimento de ações de complementações e suplementações curriculares onde é organizada com diferentes equipamentos e matérias, pode atender, conforme cronograma de horário os alunos públicos da educação especial.

Conforme Macedo, Carvalho e Pletsch (2011) a sala de recurso multifuncional se caracteriza como um serviço especializado de natureza pedagógica com o auxílio de materiais específicos e equipamentos tecnológicos, que apoiam e complementam o atendimento educacional realizado em paralelo com a sala regular no horário do contraturno.

No entanto não deve ser confundido a sala de recurso multifuncional com reforço escolar, o atendimento educacional especializado que realizado é de natureza pedagógica, mas deve se constituir com um conjunto de procedimentos específicos mediadores e auxiliares do processo de apropriação do conhecimento e não a repetição de conteúdos programáticos, desenvolvidos em sala de aula regular. Dentro as atividades curriculares específicas desenvolvidas no atendimento educacional especializado se destacam “o ensino da Libras, o sistema Braille e o Soroban, a comunicação alternativa, o enriquecimento curricular, dentre outros” (BRASIL, 2006, p.15).

Em 2007, como componente do programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, o MEC lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que criou ações para Educação Especial como o Programa de Implantação de Sala de Recurso Multifuncional, que defini

Apoiar os sistemas de ensino na organização e oferta do atendimento educacional especializado por meio da implantação de salas de recursos multifuncionais nas escolas de educação básica da rede pública para fortalecendo o processo de inclusão nas classes comuns de ensino regular (BRASIL,2007, p.1)

O Programa de Implantação de SRM tem a intensão de oferecer ao sistema de ensino mobiliários, matérias pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos de informática, que vise a ampliação do AEE no sistema regular de ensino. Onde deve ter professores que considerar diversas áreas do conhecimento, os aspectos relacionados ao estágio de



desenvolvimento cognitivo dos alunos, quais os recursos específicos para que ocorra seu aprendizado e as atividades de complementação e suplementação curricular (BRASIL, 2006).

De acordo com Cardoso (2013) o conceito de sala de recurso multifuncional está relacionado ao fato que este espaço possui materiais, recursos e mobiliários adaptado, podendo ser do tipo I ou II. A sala de tipo I, não contém recursos de acessibilidades para alunos com deficiência visual, pois vão conter na sala tipo II.

A proposta destes tipos de salas de recursos multifuncionais é que as mesmas possam ser implementadas na rede de ensino, possibilitando aos alunos em situação de deficiência por meio de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico favorecendo a construção de conhecimentos, que venham subsidiar para acesso do currículo escolar e ter autonomia dentro e fora da escola.

O AEE é um serviço da educação especial, que acontece dentro da sala de recurso multifuncional cujo tem o objetivo “complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem” (BRASIL, 2009, p.01).

No ano de 2008, o MEC divulga o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), materializando o movimento histórico brasileiro na busca da educação inclusiva. E em 2009 o Conselho Nacional de Educação (CNE) defini as Diretrizes Operacionais para Atendimento Educacional Especializado por meio da resolução de N°04/2009 sendo o mesmo realizado propriamente em sala de recurso multifuncionais contendo equipamentos, mobiliários e matérias didáticos e pedagógicos, como também estabelece as funções do docente que vai atuar neste espaço, dentre as funções é a individualização do ensino e a elaboração de plano de atendimento.

A ação docente realizada na SRM envolve a organização de um cronograma de atendimento, planejamento, avaliação, estabelecimento de parcerias de acordo com a necessidade. Para isso o docente deve ter sua formação inicial e continuada em



conhecimentos da área, sendo que esta formação deve possibilitar sua atuação no AEE, conduzindo este serviço de natureza pedagógica, por meio de uma proposta de suplementação junto aos alunos com altas habilidades/superdotação e complementação no caso dos demais alunos.

A proposta de organização da SRM é prevista nos documentos que orientam o funcionamento da sala de recurso multifuncional como a Política de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão de 2008, e os documentos assinados e publicados em 2009, 2010 e 2011, orientando o Atendimento Educacional Especializado - AEE nas Salas de Recursos Multifuncionais. Entre eles destacam-se a Resolução CNE/CEB Nº 4/2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica modalidade Educação Especial, o Manual de Orientação do Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais de 2010 e o Decreto Nº 7.611/2011 que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado e define a distribuição dos recursos do FUNDEB, admitida a dupla matrícula dos estudantes na educação regular e no atendimento educacional especializado, ao definir que a proposta pedagógica desenvolvida pela SRM, deve acontecer de forma complementar e/ou suplementar.

A sala de recurso multifuncional é um espaço para realização do atendimento educacional especializado para alunos que apresentam, ao longo de sua aprendizagem, alguma necessidade educacional especial, temporária ou permanente, compreendida segundo a PNEEEI (2008), onde são denominados três grupos: **alunos com deficiência:** aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. **Os estudantes com transtornos globais do desenvolvimento** são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo estudantes transtorno do espectro do autismo e psicose infantil. **Estudantes com altas habilidades/superdotação** demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança,



psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. A matrícula destes alunos no AEE está condicionada a matrícula no ensino regular.

Metodologia

Nesta pesquisa temos como objeto de estudo a organização do funcionamento da sala de recurso multifuncional junto aos alunos em situação de deficiência matriculados no ciclo I da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Rotary. Na perspectiva de alcançar os objetivos propostos ancoraremos o percurso metodológico desta pesquisa na abordagem **qualitativa**, pois nos preocupamos com o universo dos significados e as relações produzidas entre os sujeitos.

Para alcançar os objetivos propostos neste estudo e observando as características do nosso objeto realizaremos um **estudo de caso**. Concordamos com Yin (2001) sobre as características deste método, quando aponta que o estudo de caso é “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o caso) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e contexto puderem não ser claramente evidentes” (YIN, 2001, p. 17).

Neste sentido, este estudo de caso apresentado vale-se da **revisão bibliográfica, da pesquisa documental e da pesquisa de campo**. Na revisão bibliográfica, nos auxiliaram na compreensão do nosso objeto de pesquisa. A **pesquisa documental** fizemos uso dos documentos que foram produzidos pela sala de recurso multifuncional da EMEIEF Rotary, como os planos de atendimento individual dos alunos atendidos pela Sala de Recurso Multifuncional matriculados no ciclo I dos anos iniciais, estas informações nos ajudarão a responder as questões norteadoras desta pesquisa. Posteriormente utilizamos como técnica de coleta de dados a **entrevista semiestruturada**. Uso da entrevista como coleta de dado nos ajudará a desvendar informações pertinentes ao objeto de pesquisa e de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo (MINAYO, 2011).



Os sujeitos desta pesquisa foram três professoras da sala de recurso multifuncional que atendem os alunos em situação de deficiência matriculados no ciclo I dos anos iniciais. As participantes desta pesquisa participarão da entrevista de forma voluntária. As respostas das professoras da SRM serão analisadas por meio de categorias criadas *a priori* (FRANCO, 2012).

A escolha por pré-estabelecer as categorias antes da entrevista acontece em função da busca de respostas específicas junto ao entrevistado, com objetivo de desmembrar as respostas nas categorias, as classificando e indicando respostas para nossas questões problemáticas. Desta forma somente com as respostas que atenderem as categorias pré-estabelecidas, foram consideradas para análise.

Para a análise do material de investigação, será utilizado o método de **Análise de Conteúdo**. Para Minayo (2011) esta é a principal forma de tratar os dados em uma pesquisa qualitativa; destaca duas funções da análise de conteúdo. Por meio desta técnica de análise dos dados podemos encontrar respostas para as questões formuladas e também podemos confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação; outra função diz respeito à descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestados, indo além da aparência do que está sendo comunicado.

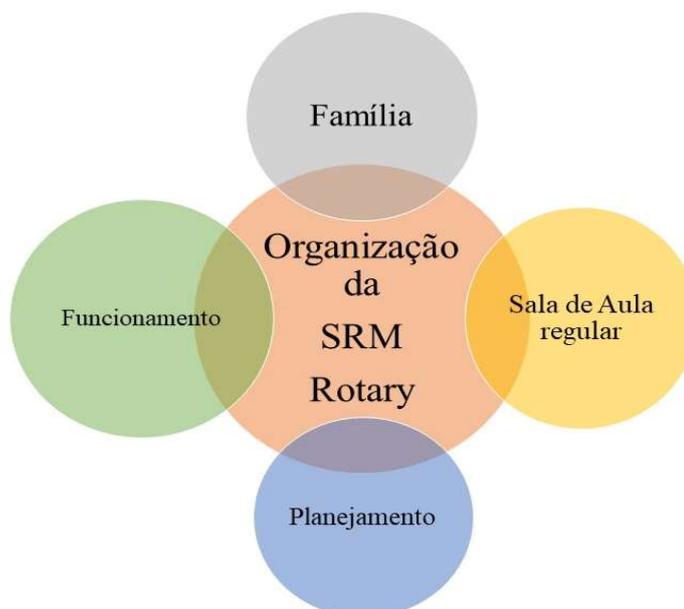
Segundo Minayo (2011) e Franco (2012) o método de análise de conteúdo abrange três etapas fundamentais: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Na fase da **pré-análise** é organizado o material a ser analisado, define-se unidade de registro de acordo com objetivos e questões de estudo. A **exploração do material** é o momento de aplicarmos o que foi definido na fase anterior, sendo considerada a fase mais longa, onde se faz necessário várias leituras do mesmo material. A etapa do **tratamento dos resultados** obtidos e interpretação, terceira e última fase, ocorre a partir de princípio de um tratamento qualitativo, apresentando procedimento de análise qualitativo, tentando desvendar o conteúdo subjacente ao que está sendo manifestado. Nesta fase aprofundaremos nossa análise buscando identificar os conteúdos manifestados nos dados que possuem. A interpretação será um suporte ao material de pesquisa organizado na

fase anterior, e deve ser sustentada pelos processos reflexivos e intuitivos, avançando para o estabelecimento de relações entre a problemática pesquisada e o objeto do estudo.

Discursos dos resultados

Para compreender de que modo vem se organizando a sala de recurso multifuncional da EMEIEF Rotary, junto aos alunos em situações de deficiência do Ciclo I, nos debruçamos sobre os dados coletados, no intuito explicando quais elementos que compõem a sua organização. Por meio dos resultados encontramos evidenciamos categorias, estão organizadas na Figura 01.

IMAGEM 01: CATEGORIAS QUE COMPOEM A ORGANIZAÇÃO DA SRM DA EMEIEF ROTARY



Fonte: Elaborada pela autora (2017).



A Figura 01, revela quatro (04) categorias que compõem a dinâmica de organização da sala de recurso multifuncional da EMEIEF da Rotary, as quais são ser detalhadas a seguir.

✓ **Funcionamento da SRM**

O funcionamento da sala de recurso multifuncional da EMEIEF Rotary se constitui por meio da ação docente do atendimento educacional especializado junto aos alunos em situação de deficiência, que se caracteriza pela realização de ações específicas sobre o desenvolvimento e pela aprendizagem dos alunos que são atendidos pelo AEE. O trabalho pedagógico realizado pelo docente da SRM possibilita o acesso ao conhecimento aos alunos público da educação especial, por meio de uma proposta pedagogia organizada institucionalmente seja de forma complementar ou suplementar a formação do aluno público da educação especial.

A sala de recurso multifuncional da EMEIEF Rotary, inicia seu funcionamento a partir da divisão dos alunos em situação de deficiência matriculados na instituição, realizada pelos docentes da SRM, que acontece após o termino da matrícula dos alunos na escola. A partir da relação do quantitativo de alunos em situação de deficiência matriculados, há uma divisão entre os docentes da SRM, onde cada um fica responsável em agendar com os pais ou responsáveis do seu grupo de alunos que vai atender no ano. Esta conversa acontece sem a presença do aluno

Iniciamos o ano letivo na SRM, sempre com uma conversa com os responsáveis dos alunos, aqui nos falamos de todo funcionamento do AEE, seja para as famílias que são novatas como para as famílias que estão iniciando conosco. (SRM3).

Esta conversa tem por finalidade informar os horários de atendimento do aluno, e os deveres que cabem a família. Além da conversa com a família, a SRM também busca diálogo com a sala de regular por meio da pessoa do professor regente para conhecer sobre o processo de ensino aprendizagem do aluno, estas duas ações dos professores do atendimento são alicerce no funcionamento do atendimento e vão contribuir para realização do planejamento da SRM.



✓ **Diálogo entre a família e a SRM**

O contato com a família dos alunos em situação de deficiência, acontece com objetivo de orientar e conscientizar os pais/ responsáveis da importância do seu papel junto ao processo de aprendizagem do aluno, conforme relata a docente entrevistada.

a família tem responsabilidade, diante do processo de inclusão do aluno, pois o desempenho escolar do aluno também é reflexo do acompanhamento que a família dá ao aluno, por isso buscamos falar claro e deixar bem claro que a participação deles é muito importante” (SRM02).

Ainda durante a conversa com a família acontece a orientação de como proceder com o educando em sua rotina dentro de casa, “tem pais que dizem como vou dá um livro para meu filho se ele ainda não sabe ler, então orientamos a explorar as imagens que estão na história, chamar atenção do aluno para ordem cronológica dos fatos” (SRM03).

Este momento não é somente um repasse de responsabilidade, sobre como funciona o atendimento, mas é também um momento em que acontece uma interação entre escola (docente da SRM) e família demonstrando a importância das duas instituições no processo de inclusão dos alunos em situação de deficiência, pois os docentes orientam os pais segundo seus questionamentos de forma que os mesmos podem proceder junto aos seus filhos em casa. E por meio da família que o professor de SRM, tem suas primeiras impressões sobre o educando que vai atender durante ano letivo, a partir da conversa sobre desenvolvimento do aluno, que se trilha possibilidades de intervenção para ajudar em seu desempenho dentro e fora do espaço escolar.

A conversa entre o docente e a família, acontece orientada por uma ficha de avaliação, onde é coletada as informações sobre a vida do aluno, que também é considerada uma ficha de anamneses. Este documento é composto por seis (06) itens, que são preenchidos de forma descritiva, no que se refere aos itens da entrevistas e parecer técnico pedagógico, onde são descrito o desenvolvimento da entrevista e a impressão dos docentes sobre a entrevista e nos aspectos relacionados a comunicação, motricidade, pedagógico são



apresentados para respostas opções de alternativas como: sim, não, parcialmente e especifique, onde é preenchido com X a alternativa, respondida pelos pais/ responsáveis.

Esses dados que são levantados com a família, vão constituir o “perfil inicial” do educando, construindo possibilidades de aprendizagem, que posteriormente serão elaboradas atividades que serão desenvolvidas na SRM, com auxílio de recursos, com base nestas informações, atrelados aos objetivos de aprendizagem e aos conteúdos que são selecionados para ser trabalhados junto aos alunos, em outras palavras é por meio das informações que são coletadas junto a família que se elaborar “um plano prévio que serve para guiar a prática de produzir uma realidade, ainda que o grau de determinação da mesma existente nela seja muito distinta” (SACRISTAN, 1998, p.196).

As informações colhidas com a família vão auxiliar na construção do plano de atendimento dos alunos que são atendidos pela SRM. É através desta conversa que a escola conhece o universo que está inserido o aluno e cria metas a longo e curto prazo para atender as suas necessidades educacionais, contudo isto só pode ser tornar uma realidade se a instituição da família se fazer presente neste contato inicial.

✓ **A interação entre os docentes da sala regular e SRM**

A interação entre os docentes de sala regular e sala de recurso multifuncional da EMEIEF Rotary, inicia-se no ano letivo com a semana pedagógica da escola, onde de forma restrita as docentes conversam sobre estratégias que podem ser usadas para atender às necessidades educacionais dos alunos em situação de deficiência. Com desenvolvimento do ano letivo, fica pouco mais difícil estes docentes sentarem para conversar, devido a dinâmica do trabalho, o que leva a criação de estratégias como uso de áudios no WhatsApp, recados/bilhetes via caderno do aluno com a intenção de comunicar dificuldades que estão tendo em sala ou para informar algum tipo de progresso do aluno.

Durante o processo de elaboração do planejamento existe uma preocupação das docentes da SRM, na seleção dos conhecimentos que vão ser trabalhados com os alunos

durante o atendimento, buscando elaborar um “planejamento interligado” entre sala de recurso multifuncional e sala regular.

A construção do “planejamento interligado” acaba trazendo a sala de recurso multifuncional conteúdo da sala regular, onde acabam caracterizando um reforço escolar normatizado, pois buscar fazer uso de atividades que vem da Secretaria de Educação do município – SEMEC dentro do atendimento.

buscamos sempre está ligado no que vem sendo trabalhado na sala regular, tipo a sala regular trabalha os textos do Expertise que vem da SEMEC, então se fomos trabalhar leitura de algum texto, usamos o mesmo texto, se a criança não sabe ler usamos então só um trecho, mas sempre trazemos um pouco do que está sendo trabalhado na sala de aula para estes momentos aqui na sala de recurso. (SRM2)

a gente não trabalha da forma que a sala regular atua, mas sempre buscamos está interligado com eles. Se lá estão trabalhando alguma data comemorativa, trabalhamos aqui com outro foco, que pode ser a pintura com objetivo de trabalhar as cores, ou alguma contação de história para alunos que ainda não sabe ler (SRM3).

A busca por esta interligação dos trabalhos da sala regular com a sala de recurso multifuncional, acaba transferido ao plano de atendimento educacional, alguns conteúdos de aprendizagem, que seriam responsabilidade da sala regular como tipologia textual, ações com foco na leitura, na escrita e na interpretação textual, cores para as práticas da SRM. O que alerta para o cuidado com esta forma de alinhamento dos planejamentos, tem sido feita, visto que as ações elaboradas pela SRM, não devem reproduzir um currículo que reforce as práticas da sala regular, como forma de fazer se alcançado o que a mesma não tem conseguido, com foco na escolarização destes alunos, esvaziando a função da SRM, indo na contramão da função das diretrizes do AEE, uma vez que as diretrizes da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (2008) orientam que as atividades realizadas dentro do espaço da sala de recurso multifuncional que não devem reproduzir práticas que condicione ao reforço escolar ou que seja trocada pelo a escolarização.

A necessidade de interação entre os docentes da educação especial e do ensino regular, é uma realidade para que o educando possa ser visualizado na sua forma integral dentro da escola e nos espaços que ocupam. Enriquecendo a prática educativa desenvolvida com os alunos em situação de deficiência, contudo precisa que estes docentes compartilhem



decisões e se responsabilizem pela qualidade do que é produzido em conjunto, conforme as potencialidade e interesses do educando.

Neste sentido Marin e Braun (2013) apresentam o ensino colaborativo, como uma proposta de trabalho em forma de parceria entre os professores de educação regular e os professores de educação especial, onde a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar os procedimentos de ensino, sejam divididas entre estes docentes. O ensino colaborativo é das estratégias para materialização da educação especial na perspectiva da inclusão, que seria justamente a articulação de saberes entre o ensino comum e especial, por meio de planejamento.

✓ **Planejamento**

As informações que foram coletas junto a família e professor da sala regular iniciais que vão da origem ao planejamento da sala de recurso multifuncional da EMEIEF Rotary. Toda ação pensada aconteça a partir do interesse dos alunos, isto se dá pela intenção em torna este espaço um tempo de aprendizagem prazerosa, o que acaba refletido na forma que os alunos enxergaram a SRM “os alunos chamam aqui a.... sala dos brinquedos, eles nos encontram pelos corredores da escola e falam tia, quando vamos para sala dos brinquedos? Eu quero ir para lá para brincar” (SRM02).

A estrutura do plano de atendimento da SRM é composta pela identificação do aluno, data do atendimento, objetivos, metodologia/ material e resultados. Este é um documento é nomeado por plano de atendimento diário (PAD), o mesmo é elaborado pelo Centro de referência em inclusão educacional Gabriel Lima Mendes (CRIE), que é responsável pela educação especial no município de Belém.

O PAD tem em sua estrutura quatro elementos básico para se pensar elaborar uma prática educativa, o objetivo onde apresentado os conteúdos que serão trabalhados nas atividades, a metodologia/ recursos onde é anunciado o tipo de material que será utilizado na atividade e os resultados há uma descrição de como aluno, se comportou no desenvolvimento da atividade, ou seja avaliação da atuação do aluno durante o AEE.



De acordo com Sacristán (2017) é por meio do “plano curricular” que comprovamos as finalidades nas realizações das práticas, acumulamos decisões que dá forma ao currículo e a própria ação docente, por meio da interação da teoria e da prática. Sendo assim é por meio destes documentos que se orientar ações que vão ganhar significado dentro das perspectivas pedagógicas que estão por trás da ação docente da sala de recurso multifuncional.

Toda a dinâmica de organização da SRM da EMEIEF Rotary não acontece de forma aleatória, mas em função ao processo de investigação sobre o aluno, com o objetivo de fazer da SRM um espaço onde o mesmo possa desenvolver suas potencialidades e habilidades dentro e fora da sala de aula. O que consideramos um avanço, pois as práticas que eram antes desenvolvidas, não tinham nenhuma preocupação em atender o aluno, mas sim em atender as demandas da sociedade, com foco na normalização dos mesmos para serem inseridos posteriormente no ensino regular.

Pletsch e Glat (2012) apresentam o Plano Educacional Individualizado -PEI como instrumento de mediação da aprendizagem de alunos em situação de deficiência, onde por meio desta estratégia que possibilita aos alunos em situação de deficiência obter os conteúdos curriculares, por meio de estratégias elaboradas, em parceria pelos os professores do ensino regular e da educação especial, planejando juntos ações que atendam às necessidades educacionais dos alunos em situação de deficiência com foco nas suas potencialidades de aprendizagem e não na sua dificuldade.

A ideia do PEI, é fazer que as ações da sala de recurso multifuncional não aconteçam desconectada das ações da sala regular, mas que aconteçam conjuntamente com cada espaço realizado sua função, mas conectados por um único projeto educacional. Além do diálogo entre os docentes, outro ponto importante e no que se refere de avaliação que acontece periodicamente, considera o aluno, suas habilidades, conhecimentos e desenvolvimento, idade, cronológica, nível de escolarização, já alcançado e objetivos educacionais desejados em curto, médio e longo prazo, levando em consideração prioridades de tarefas e modo de avaliação que possibilitem o atendimento as necessidades de cada educando.



Ainda não vemos está pratica do PEI, na EMEIEF Rotary dentro das ações de planejamento da SRM, percebe que a precisão de planejar em conjunto tem se tornando uma necessidade, de atender melhor o aluno que está na escola, mas ainda, os planos curriculares de sala de aula e da sala de recurso multifuncional, acontecem de forma individual, mas os docentes têm buscado artificios saber mais um pouco sobre a aprendizagem do seu aluno. Contudo este “interesse” na busca de artificios vem na busca de metodologias acessível para o momento.

Conforme evidenciamos nas falas dos professores entrevistados a organização do trabalho pedagógico realizado pelos docentes da SRM, acontece centrada nas necessidades educacionais de cada aluno, que são identificadas inicialmente no contato com a família e a sala regular, necessidades estas que pode ser entendida de diversas formas, estando em função da sala regular ou de conhecimento especializado.

O PEI e ensino colaborativo, como estratégia vem para auxiliar não só a SRM, mas a escola no desenvolvimento de práticas educacionais inclusão, garantido a estes alunos uma aprendizagem que não seja normalizadora e excludente.

Mas para isto a ação docente desenvolvida pela AEE tem como objetivo favorece o desempenho educacional do aluno em situação de deficiência por meio de currículo que selecione conteúdos que contribuía para seu desenvolvimento do aluno, muito cognitivo levando em consideração formas de conhecimentos que possam ajudar no desenvolvimento global do educando.

Referências

ALVES, C.B. **Atendimento Educacional Especializado na rede municipal de Uberlândia: Implantação, organização e desenvolvimento.** Universidade Federal de Uberlândia - Dissertação de Mestrado em Educação, 2015.

BRASIL, **Lei de diretrizes e Bases Educação Nacional.** 2008. Lei nº 9.394/96 de 20 dezembro de 1996.



_____, **Orientações para a institucionalização da oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais implantadas nas escolas de ensino regular**, Brasília, SEESP [Nota Técnica nº 11/2010](#)

_____; **Relatório de Educação para Todos**, Brasília, Ministério da Educação, junho/2014.

_____, Ministério da Educação. **Censo Escolar**. Brasília: MEC/INEP, 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica.censo> acesso em 29 de abril de 2016.

_____, **Sala de Recursos Multifuncionais- Espaço de atendimento educacional especializado**, Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

_____, **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, Brasília, MEC/SEESP, 2007.

_____, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 02 de 11 de setembro de 2001**, que institui as Diretrizes Nacionais a educação especial na educação básica.

_____, Ministério da Educação e Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais- Adaptações Curriculares: estratégia para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília, 1998

_____. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008

_____. **Diretrizes Curriculares Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Resolução CNE/CEB 04/2009. Brasília, 2009.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia da Pesquisa-Ação. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p.483-502, ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a11v31n3>>. Acesso em: 06 de janeiro de 2018.

MARIN, M. BRAUN, P. **Ensino Colaborativo como prática de inclusão escolar**. In: Glat, R. Pletsch, M. D. **Estratégia educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro, 2013.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.



KASSAR, M.C.M; REBELO, A.S. O “Especial” na educação, o atendimento especializado e a educação especial. VI Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial-Nova Aliança- Serra/Es de 11 a 13 de abril de 2011.

YIN, R.K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 5ª ed. Porto Alegre: Bookmam, 2015.

SACRISTÁN, J. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: ArtMed, 2017

SACRISTÁN, J; GÓMEZ, A. **Compreender e transformar o ensino**. 4ª ed. ArtMed, 1998.

SILVA, F.C.T. **Desenhando a cultura escolar: ensinoaprendizagem e deficiência mental nas salas de recursos e nas salas comuns**. In: MENDES-LUNARDI, G.M; BUENO, J.G.S; SANTOS, R.A. Deficiência e Escolarização: novas perspectivas de análises. Araraquara, SP: Junqueira&Marina: Brasília, DF: CAPES, 2008.